



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº28/2023**

Período: 05/08/2023 – 11/08/2023

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- CPMI investiga envolvimento do tenente-coronel Mauro Cid na venda de relógio de luxo presenteado a Bolsonaro
- 2- Governo elabora mudanças na legislação sobre o papel dos militares na garantia da lei e da ordem
- 3- GSI prorroga pela terceira vez a apuração de agressão contra jornalista da TV Globo
- 4- Pesquisa apontou que os regimes democráticos perderam apoio na América Latina na última década
- 5- Investigação da Polícia Federal indica a participação de militares das Forças Armadas nos atos de 8 de janeiro
- 6- Relatórios da Abin sobre os protestos de junho de 2013 apontaram erros das autoridades
- 7- Lula se pronunciou sobre os atos de 8 de janeiro
- 8- Marinha suspende Operação Formosa por conta da queda de um helicóptero que matou dois militares
- 9- Tenente-coronel Mauro Cid recebeu dados sobre as viagens do presidente Lula em seu e-mail
- 10- Colunista analisou aliança entre o bolsonarismo e as Forças Armadas brasileiras

1- CPMI investiga envolvimento do tenente-coronel Mauro Cid na venda de relógio de luxo presenteado a Bolsonaro

Segundo noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro de 2023 obteve acesso à troca de mensagens entre militares e representantes da Presidência da República no mandato do ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro (PL). Tais mensagens dão conta de que pedras preciosas teriam sido dadas a Bolsonaro e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro pelo advogado Josino Correia Jr., na cidade de Teófilo Otoni, estado de Minas Gerais. O periódico acessou a troca de e-mails entre os ajudantes de ordens da presidência da República, à época de Bolsonaro, primeiros-tenentes do Exército Brasileiro Adriano Teperino e Osmar Crivelatti, e pelo segundo-tenente Cleiton Henrique Holzschuk. No e-mail, há a descrição de que as pedras preciosas não deveriam ser cadastradas oficialmente e deveriam ser entregues ao tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de

Bolsonaro. Ademais, em outra mensagem, também investigada pela CPMI, é evidenciado que Mauro Cid realizou uma negociação de venda de um relógio Rolex, o qual foi recebido em momento de viagem oficial, em 6/06/2022. Durante a tentativa de venda do Rolex, Cid comunicou que não possuía o certificado do relógio, devido ao fato de ser “um presente recebido durante uma viagem oficial”, e solicitou US\$60 mil para a venda. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o relógio Rolex foi presenteado a Bolsonaro em almoço organizado pelo rei da Arábia Saudita, Salman bin Abdulaziz Al Saud, em 30/10/2019. Já em 11 de novembro do mesmo ano, o Rolex teria adentrado o Gabinete Adjunto de Documentação Histórica do gabinete da Presidência da República como “acervo privado”. Em 06/06/2022, mesmo dia da troca das referidas mensagens, o relógio foi liberado. A negociação ocorreu em conversa em inglês com Maria Farani, ex-assessora do Gabinete Adjunto de Informações do gabinete pessoal do ex-presidente da República, que questionou sobre o certificado de garantia original e o valor que Cid gostaria de propor à peça. Em outra reportagem, o mesmo periódico apontou que Bolsonaro compartilhou em suas redes sociais uma matéria da *Folha* sobre este caso, afirmando estar sendo vítima de calúnia. Além do caso do relógio Rolex, outro e-mail, que também sugere a atuação de Farani como tradutora de Cid, encaminhado em janeiro de 2022, trata de um pedido de mudança do visto de turista dos EUA da filha do tenente-coronel do Exército, Beatriz, para um visto de estudante, noticiado pelo periódico *Folha de S. Paulo*. Em reportagem para o jornal *Correio Braziliense*, Maria Farani foi convocada a depor na CPMI do 8 de janeiro, pelo deputado federal Rogério Correia (PT-MG), devido à troca de mensagens com Cid para a venda do objeto de luxo. Em nota divulgada, a ex-assessora afirmou: “apenas enviei os e-mails, e ao receber, retransmiti ao endereço eletrônico de Mauro Cid”. Afirmou também que realizou as pesquisas para encontrar compradores, a pedido do tenente-coronel, e que não tem conhecimento sobre como terminou a negociação do relógio. Segundo Bolsonaro, Osmar Crivelatti recebeu R\$11 mil por ser o encarregado de suas despesas pessoais. Segundo apuração do jornal *Folha de S. Paulo*, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), apontou “movimentações atípicas” e “indícios de lavagem de dinheiro” nas contas bancárias de Mauro Cid. De acordo com a equipe jurídica do tenente-coronel, todas as suas movimentações financeiras foram feitas de maneira legal e originadas no patrimônio familiar do militar. (*Correio Braziliense* – Política – 05/08/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 05/08/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 06/08/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 07/08/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 08/08/23; *O Estado de S. Paulo* – Política – 05/08/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 08/08/23)

## 2- Governo planeja mudança na legislação sobre o papel dos militares na garantia da lei e da ordem

Em notícia, o jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que o atual governo brasileiro, liderado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, planeja uma mudança na legislação sobre o papel das Forças Armadas em situações de “crises de segurança e ordem pública ou de instabilidade institucional”. O novo texto visa retirar o papel atual de garantia da lei e da ordem (GLOs). Essa ação proposta pelo Executivo foi motivada pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e a manipulação de viés político sobre o artigo constitucional 142, que aborda as

funções das Forças Armadas, entre elas a garantia da lei e da ordem. Em outras palavras, a alteração na legislação significa uma maneira de restringir “o poder dos militares em crises domésticas de toda ordem”. A mudança não acarretaria alteração do artigo 142 da Constituição Federal, mas sim na Lei Complementar nº97, de 1999, que regulamenta o artigo. O objetivo é a construção de um texto que compreenda a cooperação das Forças Armadas em momentos de crise de segurança e ordem pública, sem que necessite executar o decreto da GLOs. Em paralelo à pauta do governo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), solicitada em fevereiro de 2023 como uma resposta ao episódio do 8 de janeiro, propõe retirar do artigo 142 a responsabilidade dos militares de assegurar os poderes constitucionais e a lei e a ordem. Para Zarattini e outros políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), o texto atual abre lacunas para a promoção de intervenções indevidas dos militares em assuntos civis. De acordo com a proposta, a modificação do artigo estabelecerá que as Forças Armadas “destinam-se a assegurar a independência e a soberania do país e a integridade do seu território”. Atualmente, Zarattini está à procura das 171 assinaturas para que a PEC possa iniciar a tramitação na Câmara dos Deputados. Ainda assim, a proposta enfrenta oposição em maioria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Além disso, a proposta de Zarattini também aponta que os militares precisam ir diretamente para a reserva se visam ocupar cargos de natureza civil. O deputado petista também está em comunicação com comandantes militares e o ministro da Defesa, José Múcio, para discussão sobre a alteração na legislação. Uma das propostas de Múcio e que possui o apoio dos comandantes é a que determina a obrigação de militares que objetivam se tornar candidatos para as eleições irem automaticamente para a reserva ou inatividade, e isso vale também para oficiais que queiram assumir um ministério. No entanto, Múcio e os comandantes das Forças consideram desnecessário discutir as questões relativas à proibição das GLOs e são opositores às modificações no artigo 142. Ademais, segundo a *Folha*, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, pensou na possibilidade de aprovação de uma PEC de 2021 que está presente na CCJ, elaborada pela ex-deputada Perpétua Almeida (PCdoB- AC), a qual objetiva adicionar ao artigo 37 da Constituição uma proibição para que militares da ativa não ocupem cargos civis na administração pública. A *Folha* avaliou que, em retorno ao governo brasileiro após seis anos, “o PT se debate entre buscar enfim a subordinação dos militares ao poder civil e não criar crises com a caserna”. Nesse sentido, no dia 10/08/2023, o historiador Valter Pomar, membro do Diretório Nacional do PT, abordou o debate sobre a não existência de uma democracia plena no país se houver persistência da tutela militar. (Folha de S. Paulo – Política – 05/08/23)

### 3- GSI prorroga pela terceira vez a apuração de agressão contra jornalista da TV Globo

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) prorrogou pela terceira vez a investigação interna para apurar o responsável pela agressão contra a jornalista da TV Globo, Delis Ortiz. O caso ocorreu no final do mês de maio de 2023, durante uma visita do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, ao Palácio do Itamaraty. De acordo com Ortiz, durante a ocasião, ela teria recebido um soco no peito. Depois da repercussão

do caso, o GSI informou que todos os militares presentes no local foram afastados temporariamente de suas funções até o fim da apuração. O ministro-chefe do GSI, general Marcos Antônio Amaro dos Santos, disse que a investigação “será encerrada em breve”. Contudo, segundo informações averiguadas por jornalistas do *O Estado de S. Paulo*, o GSI já teria identificado o autor da agressão, sendo ele um militar do Exército brasileiro, que havia sido recrutado pelo órgão para realizar a segurança do presidente venezuelano. (*O Estado de S. Paulo – Política – 06/08/23*)

#### 4- Pesquisa apontou que os regimes democráticos perderam apoio na América Latina na última década

Segundo editorial do periódico *O Estado de S. Paulo*, a América Latina se encontra em uma situação de “recessão democrática”. Depois de quatro décadas de consolidação de regimes democráticos na região, uma pesquisa realizada pelo Latinobarómetro – uma organização sem fins lucrativos sediada em Santiago, Chile – em mais de 17 países latino-americanos, constatou que apenas 48% de seus cidadãos consideram a democracia como um modelo preferível à via autoritária, essa que foi apoiada por 17% dos entrevistados. Em comparação com os dados apurados no início da década passada, é possível observar uma diminuição de 15% no apoio aos Estados Democráticos de Direito. Segundo a organização, isso se dá pelo fato de escândalos de corrupção, crises econômicas, demandas não atendidas pelos governos e fragilidade do sistema partidário terem desgastado a percepção positiva dos governos diante da população. Tendo em perspectiva o Brasil, segundo a pesquisa, 46% dos brasileiros são favoráveis ao Estado Democrático de Direito, um aumento de seis pontos percentuais em relação aos dados apurados no ano de 2020. Contudo, a opção pela via autoritária também cresceu dois pontos percentuais no mesmo período, mostrando-se um regime preferível por 13% da população brasileira. Por fim, o total de brasileiros indiferentes em relação à estrutura do modelo político do país caiu seis pontos percentuais, alcançando a marca de 30%. (*O Estado de S. Paulo – Política – 06/08/23*)

#### 5- Investigação da Polícia Federal indica a participação de militares das Forças Armadas nos atos de 8 de janeiro

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, as investigações feitas pela Polícia Federal (PF) sobre os atos de 8 de janeiro de 2023 indicam que houve a participação parcial de militares das Forças Armadas. De acordo com os investigadores da PF, mensagens descobertas no celular do tenente-coronel Mauro Cid – um dos principais ajudantes de ordens do então presidente da República, Jair Bolsonaro – indicam a participação de militares da ativa e reserva na elaboração de um plano para usar as Forças Armadas como meio de se opor ao resultado da eleição presidencial de 2022. Segundo a PF, essas mensagens foram enviadas por meio de um grupo de WhatsApp chamado “Dossssss!!!” composto por oficiais militares da ativa. Dos 12 militares presentes no grupo, seis deles eram coronéis e tenentes-coronéis das Forças Armadas, formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) entre 1993 e 2000 e ocupavam cargos de comando no Exército. Todas as trocas de mensagens no grupo foram feitas antes da tentativa de golpe de Estado, sendo compreendidas entre os dias

27 de novembro de 2022 e 4 de janeiro de 2023. Contudo, de acordo com os investigadores da PF, esses não são os únicos indícios da participação de militares das Forças Armadas nos atos de 8 de janeiro. No dia 31/07/2023, em uma participação no evento em comemoração aos 10 anos da Lei Anticorrupção, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, destacou que a PF tentou retirar os manifestantes antidemocráticos das portas dos quartéis do Distrito Federal (DF) em duas ocasiões antes dos atos de 8 de janeiro. Entretanto, afirmou que isso não foi possível pelo fato dos agentes da PF terem sido impedidos por militares do Exército de apreender ou dispersar os manifestantes. Segundo Rodrigues, a tentativa de golpe de Estado “deveria ter sido evitada em dezembro [...] quando nós fomos de novo no dia 8 de janeiro lá, tinha tanque de guerra no meio da rua impedindo que a polícia entrasse para retirar aquelas pessoas do acampamento”. A referida reportagem afirmou que isso demonstra que houve um esforço ativo das Forças Armadas para garantir a integridade daqueles que foram responsáveis pelos atos antidemocráticos ocorridos no início de 2023. (Folha de S. Paulo – Política – 06/08/23)

#### 6- Relatórios da Abin sobre os protestos de junho de 2013 apontaram erros das autoridades

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) elaborou, em 2013, relatórios sobre os protestos de junho do mesmo ano, nos quais indicou os erros cometidos pelas autoridades e advertiu que as revoltas desencadeadas pelo aumento do preço dos ônibus tornar-se-iam uma manifestação generalizada. De acordo com os relatórios, a então presidente da República, Dilma Rousseff (PT), e demais autoridades falharam em promover respostas eficazes às manifestações. Ademais, os documentos apontaram que a Polícia Militar do Estado de São Paulo respondeu às manifestações com forte repressão, resultando em apoio popular e incentivo ao movimento. A *Folha* ainda apontou que nos documentos a Abin utilizou o termo “black bloc” para se referir aos protestos violentos de indivíduos que acreditavam que os meios pacíficos de manifestação são ineficazes para gerar mudanças. O jornal também pontuou que, a partir da avaliação da Abin, o movimento dos “black bloc” não tinha lideranças e se caracterizava por ser apartidário, dinâmico e difuso, haja vista, que possuía muitas reivindicações. Outros pontos foram incluídos nos documentos como por exemplo: sugestões de medidas para dissolver as revoltas, características dos manifestantes (observou-se poucos representantes de indivíduos da periferia) e as insatisfações de trabalhadores que tinham suas rotinas influenciadas pelas manifestações. Posteriormente, a Abin apontou que o movimento estava perdendo força, mas que novas manifestações poderiam surgir, tendo em vista a dificuldade de antecipar as ações de movimentos sociais. (Folha de S. Paulo – Política – 07/08/23)

#### 7- Lula se pronunciou sobre os atos de 8 de janeiro

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, em discurso na cidade de Santarém, estado do Pará, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), defendeu o aumento da tolerância em relação a divergências políticas, mas afirmou que não há liberdade de ofensa, tentativa de golpe e ataque aos três poderes como ocorreu no 8 de janeiro de 2023, e que outras pessoas ainda

serão presas pela participação nos atos. Segundo o jornal, a Polícia Federal ainda investiga a parcial participação dos militares nos atos golpistas, o que contradiz o inquérito policial militar que inocenta os militares que deveriam ter protegido o Palácio do Planalto. (Folha de S. Paulo - Política - 08/08/23)

#### 8- Marinha suspende Operação Formosa por conta da queda de um helicóptero que matou dois militares

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Marinha suspendeu a Operação Formosa, o maior exercício militar da Força realizado anualmente, por conta da queda de um helicóptero que acabou ocasionando na morte de dois integrantes do corpo de fuzileiros navais. As causas do acidente ainda estão sendo investigadas; contudo, o ministro da Defesa, José Múcio, visitou o local e afirmou que, à medida que as investigações avançarem, as informações serão divulgadas. Segundo o comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, os peritos já estão com a caixa preta do aparelho. A Marinha pretendia levar o corpo dos dois indivíduos para o Rio de Janeiro, uma vez que as unidades que os mesmos pertenciam se localizam na Ilha do Governador. Além deles, mais três outros militares ficaram feridos e foram internados no Hospital das Forças Armadas em Brasília. (Correio Braziliense - Brasil - 10/08/2023)

#### 9-Tenente-coronel Mauro Cid recebeu dados sobre as viagens do presidente Lula em seu e-mail

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro e preso por suspeita de ter adulterado cartões de vacina, estava recebendo dados de viagens do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por e-mail. A Casa Civil admitiu, por sua vez, que demorou para que a conta de Cid fosse desativada, já que o processo era feito manualmente e não havia pessoas suficientes para tal. De acordo com o jornal, o ex-auxiliar de Bolsonaro recebeu em torno de 11 e-mails que contavam com informações importantes, como por exemplo, dados sobre viagens do presidente Lula em 2023, e um ofício com o título “urgentíssimo”, versando sobre a visita do presidente à China. Além dele, o militar Osmar Crivelatti também recebeu esses e-mails e, em 30/06/2023, chegou à sua caixa de mensagens informações sobre a visita presidencial à cidade de Letícia, na Colômbia. O problema somente foi revertido em 30/05/2023, após um backup feito pelo Gabinete da Diretoria de Tecnologia da Casa Civil. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) afirmou que está apurando a situação e que os militares que enviaram essas informações sigilosas a ex-assessores de Bolsonaro foram afastados do trabalho. (Folha de S. Paulo - Política - 10/08/23)

#### 10- Colunista analisou a aliança entre o bolsonarismo e as Forças Armadas brasileiras

Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian, escreveu sobre a atuação do tenente-coronel Mauro Cid — ex-ajudante de ordens do ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro — na CPI do 8 de janeiro e também do envolvimento das Forças Armadas no episódio e em

eventos anteriores à tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023. Boghossian afirmou que o tenente-coronel Cid “mandou dois recados em sua passagem pela CPI do 8 de janeiro”: o primeiro, estar fardado para o depoimento no Congresso; o segundo, colocar a responsabilidade da sua designação como braço direito de Jair Bolsonaro nas Forças Armadas e que a função era "exclusivamente de natureza militar". Ainda segundo a coluna, o Exército, ao informar ter orientado o tenente-coronel a ir uniformizado porque estava tratando de “temas referentes à função designado pela Força”, estava estendendo a mão para Cid e demonstrando a associação entre os militares e o bolsonarismo. Segundo o colunista, a justificativa de cumprir seus trabalhos de “natureza militar” não se sustentam com as novas descobertas sobre as mensagens e emails de Mauro Cid que “sugerem que o ajudante de Bolsonaro trabalhava como secretário da algazarra golpista nos dias pares e como operador de potenciais falcatruas nos dias ímpares”. Ainda segundo Boghossian, o Exército tem enfrentado “dificuldade de aceitar a parte amarga da fatura da parceria com Bolsonaro”. A coluna conclui que o Exército brasileiro enquanto instituição tem se esforçado para se afastar do golpismo, mas que “o casamento foi completo e não será esquecido”, considerando que os comandantes estavam próximos da participação do Ministério da Defesa na trama contra as urnas, além de terem sido tolerantes com os acampamentos golpistas e, também, considerando a atuação de militares das tropas de segurança de Brasília. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs - 11/08/23)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

**Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

**Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

**Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar